

Superior Tribunal de Justiça

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 22.794 - DF (2016/0223952-4)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE : MANOEL JOSE DE SOUZA NETO
ADVOGADO : GABRIEL CAMARGO ZANOTTI E OUTRO(S) - PR065856
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA
INTERES. : UNIÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHEIRO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL – CNPC. DESINDICAÇÃO, PELO COLEGIADO SETORIAL DE MÚSICA, PARA COMPOR O PLENÁRIO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À REGRA DE ESTABILIDADE PREVISTA NO ART. 14 DO DECRETO 5.520/2005. PERMANÊNCIA DO IMPETRANTE COMO MEMBRO DO COLEGIADO SETORIAL DE MÚSICA NO CNPC NO BIÊNIO DE 2015/2017. ORDEM DENEGADA, EM CONFORMIDADE COM O PARECER MINISTERIAL.

1. Trata-se de Mandado de Segurança onde se pretende a concessão da ordem para anular a Portaria MinC 60, de 11.5.2016, que exonerou o impetrante do cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC.

2. A estabilidade no cargo de Conselheiro do CNPC encontra previsão no art. 14 do Decreto 5.520/2005, segundo o qual: *Os representantes da sociedade civil integrantes do CNPC terão mandato de dois anos, renovável uma vez, por igual período.*

3. Como se observa da leitura do dispositivo acima referido, a regra de duração bienal do mandato diz respeito à garantia de presença do cidadão escolhido para integrar o CNPC. Tal regra, trata especificamente da duração do mandato de dois anos aos membros do Conselho, o que não implica em extensão de estabilidade aos membros eventualmente eleitos para integrarem demais órgãos componentes da sua estrutura.

4. Assim, não encontra amparo a pretensão do impetrante de estender a sua estabilidade como membro do CNPC, à sua atuação como membro do **Plenário** pertence ao Colegiado Setorial.

5. Com efeito, da leitura do Regimento Interno do CNPC, acostado às fls. 294/311, extrai-se que não há regra que confira estabilidade ou que determine o modo de afastamento a membro de seu Plenário.

6. Conforme salientado pelo ilustre membro do MPF, *infere-se da leitura dos dispositivos contidos no próprio Decreto e no Regimento Interno do CNPC que o direito à indicação de membro do Plenário pertence ao Colegiado Setorial. Este órgão é que detém a prerrogativa de livremente escolher quem melhor representará os interesses daquele segmento junto ao Plenário do Conselho. A*

Superior Tribunal de Justiça

escolha nesse caso é por votação majoritária e pode ser renovada a qualquer instante, desde que a maioria do Colegiado entenda que o membro escolhido deixou de possuir legitimidade para representar os interesses daquele órgão, o que ocorreu na espécie (fls. 341).

7. Vale salientar, por fim, que o impetrante permaneceu como membro do Colegiado Setorial de Música no CNPC para o mandato de 2015 a 2017, conforme disposto no Edital CNPC 01/2015, **apenas deixando de integrar o posto de membro do Plenário pertence ao Colegiado Setorial.**

8. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, denegar a segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR